

Jornal “A Tarde” Salvador (2007)

O difícil dialogo entre privilégios corporativos e a UNEB

Mário Moutinho

É sempre um espanto ver a forma como por todo o Mundo os privilégios instituídos se sobrepõem ao mais elementar bom senso. Isto a propósito da ação movida pela Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (Abea) no intuito de retirar ao Brasil o direito, a necessidade e a urgência de se dotar de profissionais Urbanistas devidamente qualificados em Urbanismo. Todo se passa como se não bastassem 30 anos de progressivo caos urbanístico para o qual contribuiu em grande medida a inconsistente intervenção de arquitectos e engenheiros, os quais sendo de facto arquitectos e engenheiros não estão habilitados para lidar com os complexos problemas da urbanística moderna .

Reconhecemos também neste processo a complexa relação entre autonomia universitária com os interesses próprios das corporações profissionais instituídas

Longe vai o tempo em que o Urbanismo era um complemento de outras profissões.

Evidentemente que nos parece falacioso pretender-se que existe incompatibilidade entre o currículo do curso de Urbanismo da UNEB e as atribuições do profissional Urbanista, como pretendem a Abea e o Conselho Federal de Engenharia, Arquitectura e Agronomia (Confea)

Na verdade a única incompatibilidade existente e flagrante é em geral a incompatibilidade e o enorme desfazamento entre os currículos dos cursos de Arquitectura e Engenharia com o vasto e complexo campo da Urbanística

O que a Abea e o Confea querem é na verdade enfiar a realidade e dimensão das problemáticas das cidades brasileiras nos canudos das regras e normas que só eles não vêm já definharam há muito tempo, por mais não servirem de facto nos tempos que correm.

Como se lê no recém-publicado “Dicionário de Urbanismo” de Celso Ferrari (Disal Editora, São Paulo, 2004) a profissão de Urbanista *“tende, nos países desenvolvidos, a ganhar autonomia, separando-se das de suas origens: arquitecto, engenheiro, economista, geógrafo, sociólogo etc. (!!!) Mas para alguns agoirentos, o Brasil nunca será um país desenvolvido ...*

Só por premeditada ignorância desconhecem os documentos de orientação provenientes das organizações internacionais no campo específico do Urbanismo que identificam, com a devida flexibilidade, os conteúdos programáticos que devem sustentar não só a formação plena em Urbanismo, como também o exercício da profissão de Urbanista; os documentos de orientação provenientes das organizações internacionais reunindo centenas de Universidades e departamentos de Urbanismo visando o desenvolvimento do ensino e da investigação na área do Urbanismo e enfim as orientações sobre estas matérias elaboradas no seio de vários sectores das Nações Unidas (UN) (UNEP, PNUD, UN-Habitat), assim como no quadro das organizações regionais da União Europeia, do Mercosul e da Organização da Unidade Africana (OUA) relativamente à sustentabilidade do planeta, ao desenvolvimento humano, ao urbanismo e às políticas para as cidades.

A julgar pelo sucesso que têm tido os diplomados em Urbanismo pela UNEB na sua efectiva e útil integração na vida profissional, seria de toda a justiça o

reconhecimento da qualidade e boa adequação do plano de estudos, dos conteúdos programáticos das disciplinas assim como da qualidade do corpo docente da UNEB no sentido de assegurar a formação adequada à necessidade actual do Brasil de se dotar de profissionais Urbanistas devidamente qualificados.

Neste contexto (não muito diferente daquele em que aliás vivemos em Portugal) lembremos em geito de desabafo que, já em 1880, dizia Eça de Queiroz nas *Cartas de Inglaterra*: “Bom Deus, não! Eu não reclamo que o país escreva livros, ou faça arte: contentar-me-ia que lesse os livros que já estão escritos, e que se interessasse pelas artes que já estão criadas”.

Mário Moutinho

Vice Reitor da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (Lisboa)

Coordenador da área do Urbanismo